

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM

INCLUSIVE EDUCATION IN HIGHER EDUCATION: ACCESS AND PERMANENCE OS STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE FEDERAL INSTITUTE OS RONDÔNIA CAMPUS GUAJARÁ- MIRIM

Marilândia Martins de Almeida Machado¹

Wagton Wander Neves Silva²

Resumo: Este estudo busca compreender a realidade do acesso e permanência de estudantes com deficiência nos cursos de graduação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) Campus Guajará-Mirim. Para tanto, a pesquisa realizada possui uma abordagem quanti-qualitativa, utilizando-se de pesquisa documental, bibliográfica e coleta de dados por meio de documentos disponíveis na instituição pesquisada. Os resultados indicam que o acesso e permanência dessas pessoas no ensino superior no IFRO Campus Guajará-Mirim ainda é limitado, isso demonstra que apesar dos avanços no estabelecimento de políticas públicas para Pessoas com Deficiência (PcD) os desafios em todos os níveis e modalidades de ensino ainda é uma realidade, principalmente no Ensino Superior. Sendo assim, compreende-se a importância da implementação dessas políticas como uma possibilidade na garantia de oportunidades e para que todas as pessoas tenham condições de acesso e permanência no ensino superior. No entanto, é evidente a necessidade de uma ação conjunta entre governo, família, instituições de ensino, professores e estudantes na promoção da inclusão de PcD no ensino superior no município de Guajará-Mirim/RO, ressaltando que esse acesso e permanência deve acontecer de maneira significativa para esses estudantes.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Pessoas com Deficiência, Ensino Superior.

Abstract: This summary pursues to understand the reality of the access and permanence of those students with disabilities in graduation courses at Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia (IFRO) Guajará-Mirim. Having the purpose, this research has a quantative approach, through available documents at the researched institution. The results indicate that the access and permanence os the students in higher education at IFRO Campus Guajará-Mirim is still limited and this demonstrate that despite many advances in the establishment of publics policy for people with disabilities (PWD) the challenges of all levels and modalities related to education is still a reality, especially in higher education. As a result, it is understandable the importance of implementig this policy to make it possible to guarantee the opportunities so all people have condition and access and permanence in higher education. . However, it evidente the necessity of joint action between government, family, education institutins, teachers and students in

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (2018). Atualmente é Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Federal de Rondônia, na área de pedagogia.

² Possui graduação em Licenciatura em Química pelo IFRO, Instituto Federal de Rondônia - Campus Guajará-Mirim (2023). Pós graduação em Ensino de Matemática pela FAVENI: Faculdade Venda Nova do Imigrante (2024).

promoting the inclusion of (PWD) in higher education in the municipality of Guajará-Mirim/ RO, and also highlighting that this access and permanence must happen in a meaning way for those students.

Keywords: Inclusive Education, People with Disabilities, University Education.

INTRODUÇÃO

A inclusão social é um tema cada vez mais relevante na atualidade. Entende-se que para a existência de uma sociedade mais justa e igualitária torna-se fundamental a inclusão de todas as pessoas em todos os ambientes sociais, independentemente das suas particularidades. Dentro desse contexto, compreende-se que para a construção de uma sociedade mais inclusiva a educação torna-se extremamente relevante, devendo promover práticas de ensino cada vez mais inclusivas, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, sendo esta última objeto de estudo desta pesquisa.

Sabe-se que a inclusão não se restringe apenas a pessoas com algum tipo de deficiência, mas também àqueles que de alguma maneira ou de outra sofrem com a aversão pelas diferenças existentes na sociedade, entre eles destacam-se: afrodescendentes, indígenas, homossexuais, entre outros que por alguma particularidade tornam-se excluídos. Nesse sentido concordamos com Mantoan (2003, p. 21) *apud* Santos (1995) quando afirma “é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza”.

Seguindo essa perspectiva, a escolha em realizar uma pesquisa relacionada à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior pauta-se na necessidade de aprofundamento em relação ao tema, pois, de acordo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) o Brasil possui pelo menos 18,6 milhões de pessoas que possuem algum tipo deficiência, correspondendo a 8,9% da população em geral. Em contrapartida, apesar do número de matrículas de PcD no Ensino Superior ter crescido ao longo das últimas décadas, em 2018 esse quantitativo ainda correspondia a 0,5% da população com deficiência na universidade, ou seja, um total de 43.633 pessoas (Brasil, 2020).

Essa realidade pode estar relacionada a diversas barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, entre elas destaca-se barreiras físicas, programáticas e atitudinais. Para Sassaki (1997, p. 21) a sociedade precisa “[...] eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais

possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.” A existência dessas barreiras pode estar diretamente ligada à falta e/ou a prática parcial de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da inclusão.

A inclusão no Ensino Superior é um tema mais recente que tem chamado a atenção nos debates sobre educação. Compreende-se que, apenas a conclusão do ensino básico não é o suficiente para garantir a inclusão desse indivíduo na sociedade, pois, “não faz sentido [...], estudantes com deficiências participarem efetivamente apenas da educação básica. Quando concluírem o ensino médio, encontrarão espaços sociais para além dos muros escolares, prontos para a exclusão” (Camargo, 2017, p. 1). Isso demonstra a necessidade de pesquisa e discussões mais aprofundadas relacionadas ao acesso e permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo principal conhecer a realidade relacionada ao acesso e permanência de estudantes com deficiência nos cursos de graduação em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública do município de Guajará-Mirim, RO. Nesse sentido estabelecemos 4 objetivos específicos, a saber: a) Identificar as políticas públicas em relação a inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior; b) Constatar o número de estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação no IFRO Campus Guajará-Mirim, RO no período de 2016-2022; c) Verificar os índices de evasão e conclusão de curso desses acadêmicos; d) Demonstrar os desafios em garantir o acesso e permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Para atingir os objetivos propostos, utilizamos uma abordagem quanti-qualitativa, partindo do pressuposto de que, nesse contexto, quantidade e qualidade são complementares entre si, pois, “A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade [...] não pode ser pensada como oposição contraditória. [...] o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (Minayo; Sanches, 1993, p. 247).

Para chegarmos aos resultados e suas devidas discussões, foi necessário a realização de: Pesquisa documental (documentos oficiais como Leis, Decretos, Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) ofertados na instituição), pesquisa bibliográfica (livros, artigos, revistas científicas, sites, entre outros) e pesquisa de levantamento no qual realizamos coleta de dados quantitativos referente ao número de matrículas, evasão e conclusão de curso no Ensino Superior por PcD no IFRO, Campus Guajará-Mirim. Para

essa ação, enviamos Ofício à instituição solicitando os dados necessários. Com as leituras realizadas e com a obtenção dos dados, realizamos a análise e suas devidas discussões com base na análise de conteúdo para a interpretação dos dados, visto que, “é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência” (Gerhardt; Silveira, 2009, p.84).

Para tanto, o artigo está organizado em quatro seções: na primeira seção trata-se dessa introdução que faz uma breve apresentação das questões que envolvem a pesquisa. Na segunda, far-se-á uma descrição do caminho histórico da Educação Especial na perspectiva inclusiva, demonstrando o percurso das Políticas Públicas voltadas para PcD no Ensino Superior, bem como os desafios que envolvem o assunto. Na terceira seção temos os resultados e discussões, no qual apresentamos a realidade do IFRO - Campos Guajará-Mirim. Por fim, fazemos nossas considerações finais, compreendendo que essa pesquisa não finaliza com as discussões acerca do tema, mas abre caminhos para a busca de medidas mais eficazes em relação ao acesso e permanência dessas pessoas no Ensino Superior.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: CAMINHOS E DESAFIOS

A educação especial teve um grande avanço ao longo dos anos, tanto no âmbito mundial quanto nacional. Antes do movimento inclusivo, a educação especial era baseada em uma abordagem segregada, na qual os alunos com deficiência eram excluídos do ambiente escolar regular e frequentavam escolas especiais separadas. No entanto, na década de 1970, houve um movimento global em favor da inclusão. O princípio de que todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades, possuem o direito de serem incluídos no sistema regular de ensino foi adotado por muitos países.

Em 1989, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança estabeleceu que todas as crianças têm direito à educação inclusiva, sem discriminação e com igualdade de oportunidades. Nesse sentido, diversos países começaram a adotar políticas e práticas inclusivas em suas redes educacionais. No Brasil, a perspectiva inclusiva ganhou força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como direito de todos. Em seguida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabeleceu que a educação especial deveria ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino.

Um marco importante na história da educação inclusiva no Brasil foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008. Essa política visa promover a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no sistema regular de ensino. Desde então, o número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares tem aumentado significativamente. Escolas e professores têm buscado adaptações curriculares, formação e apoio adequado para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos de forma inclusiva.

O acesso ao ensino superior para PcD é um direito fundamental assegurado pela Lei 9.394/96, pela Constituição Federal e por acordos internacionais. Embora o Brasil tenha feito avanços significativos nessa área nos últimos anos, ainda há desafios a serem superados. As políticas públicas têm um papel fundamental para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades. Os avanços das políticas públicas nos últimos anos foram de extrema relevância, resultando no crescente número de alunos com deficiência no ensino superior no país. Entretanto,

A expansão do ensino, dentro dessa perspectiva, deve ser vista com atenção, a fim de que o discurso da democratização do acesso não se transforme apenas em mais uma bandeira das políticas públicas que, travestida de novidade, termina por manter, na prática. Ferrari e Sekkel (2007, p. 09).

Os principais desafios enfrentados por esses alunos nas Instituições de Ensino Superior (IES), a primeira questão a ser levantada é sobre acessibilidade física, por isso, a necessidade em viabilizar meios e verbas para que as Universidades consigam ampliar seus espaços de maneira que se torne adequado às necessidades e particularidades dos discentes. Nessa perspectiva, vale ressaltar que as dificuldades transpassam as barreiras físicas e arquitetônicas, conforme demonstra Figueiredo *et al* (2014, p. 192-193):

É importante lembrar que a acessibilidade não se refere apenas à eliminação das barreiras urbanísticas, arquitetônicas e de transporte. Trata igualmente da eliminação de barreiras nas comunicações e informações, versando sobre a necessidade de remoção dos entraves à expressão e ao recebimento e compreensão de mensagens e informações.

Dessa forma, compreende-se que o acesso, permanência e êxito do discente depende, da estrutura física dos ambientes educacionais, da formação continuada de profissionais, de adequação curricular de recursos pedagógicos, e específicos a cada

necessidade e atitudes que eliminem as barreiras preconceituosas. Para Mantoan (2003, p.9):

A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas.

A inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior ainda é desafiadora em nossa sociedade. Porém, é importante destacar que as políticas públicas e leis, programas e serviços ofertados pelas instituições de ensino contribuem para a melhoria do acesso e permanência dessas pessoas garantindo a educação.

Segundo Rocha e Miranda (2009, p.31) “é preciso que a legislação sobre acessibilidade da pessoa com deficiência no ambiente universitário seja mais respeitada, e o atendimento das especificidades de cada tipo de deficiência sejam implementadas”. Enfim, a garantia do acesso e permanência de alunos com deficiência no ensino superior público é um direito garantido por lei, assim, a inclusão torna-se uma responsabilidade dos órgãos governamentais, das instituições educacionais e da sociedade de um modo geral. Para que a inclusão seja efetiva e significativa é fundamental uma mudança de paradigma na sociedade, reconhecendo o valor e importância de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme exposto anteriormente, a pesquisa foi realizada no IFRO Campus Guajará-Mirim, no qual foram verificados todos dados referentes ao número de matrículas iniciais, matrículas atuais, evasões e o números de concluintes no Ensino Superior da instituição entre os períodos de 2016 a 2022, dando ênfase nas PcD.

A REALIDADE DO IFRO: CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM

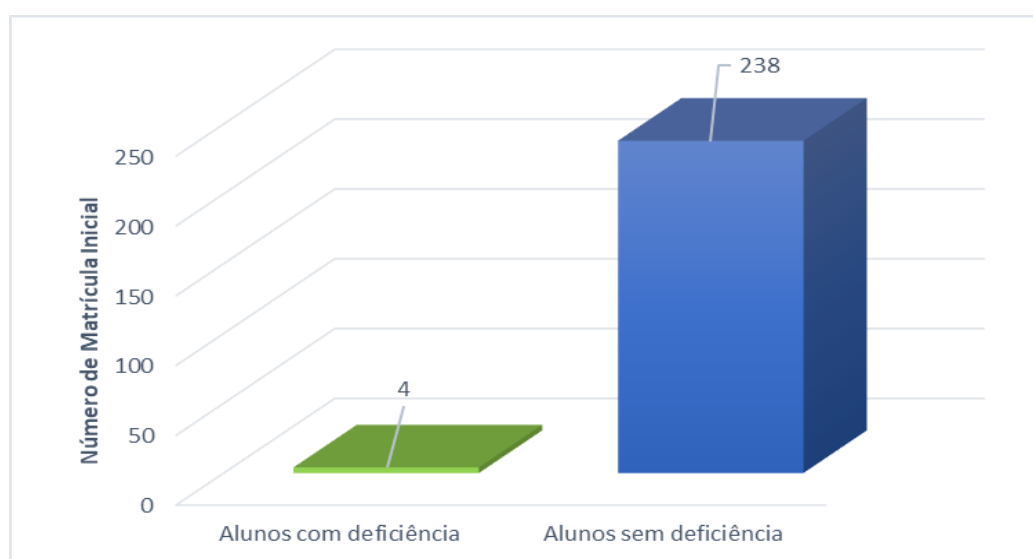
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) Campus Guajará-Mirim foi inaugurado oficialmente em 2016, desde então vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento da região mediante a oferta de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, além da educação profissional técnica de nível médio. Atualmente o Campus possui um quantitativo de 80

profissionais (58 docentes e 22 técnicos administrativos), têm aproximadamente 600 alunos matriculados em todos os níveis de ensino que oferta, a saber, cursos de nível Técnico nas modalidades Integrado (Manutenção e Suporte em Informática, Informática, Biotecnologia) e na modalidade Subsequente (Vigilância em saúde, Análise Clínicas e Enfermagem), na graduação com cursos de Licenciaturas (Ciências com habilitação Química ou Biologia, Licenciatura em Química e Licenciatura em Biologia).

Em análise ao Projeto Pedagógicos dos Cursos de graduação (PPC) do IFRO Campus Guajará-Mirim nota-se que há uma preocupação com questões relacionadas ao acesso e permanência dos alunos na instituição, portanto, existe uma Política de Acesso, Permanência e Êxito, de modo que viabilize uma organização visando uma formação de qualidade. Como apoio metodológico aos cursos, há o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), esse núcleo é fundamental no tocante à disposição de ferramentas que visam a superação das barreiras, tendo a inclusão plena como uma prioridade. Vale ressaltar que as coordenações dos cursos dispõem do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e também do Colegiado de Curso, ambos são fundamentais para a existência de trocas de experiências entre os docentes, visando a existência de práticas pedagógicas que atendam os acadêmicos de acordo com suas reais necessidades e particularidades.

Diante disso, realizamos um levantamento de matrículas em todos os cursos de graduação ofertados no Campus, buscando fazer um comparativo entre matrículas de pessoas com deficiência e sem deficiência, conforme se apresenta no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Quantitativo de matrículas iniciais de alunos dos cursos de licenciaturas (2016-2022)

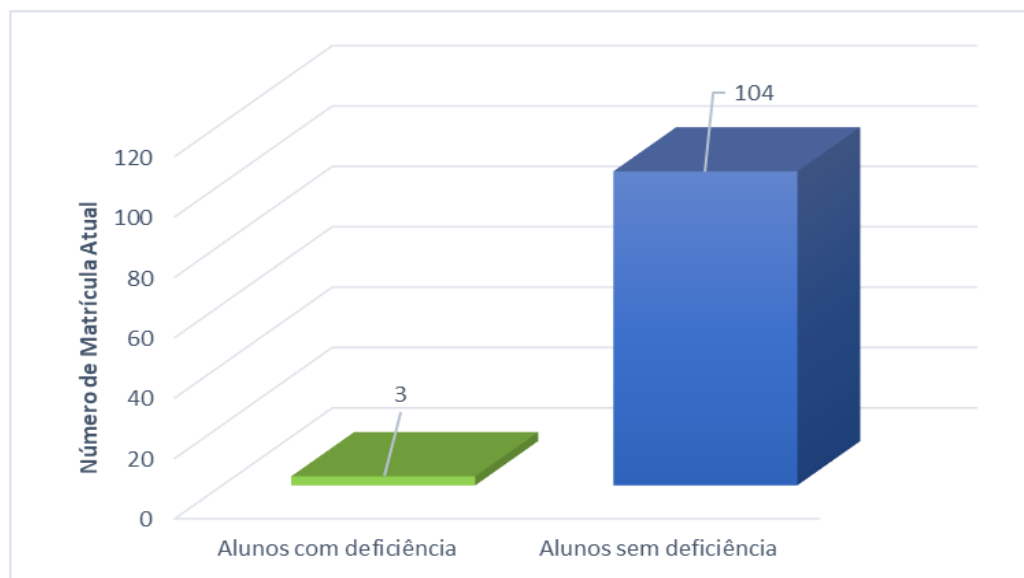


Fonte: Elaborado pelos próprios autores (2023).

Os dados da pesquisa revelam que, entre os anos de 2016 a 2022 foram realizadas 242 matrículas iniciais nos cursos de licenciatura do IFRO Campus Guajará Mirim. Desse total de matrículas, apenas 4 correspondiam a alunos com deficiência, ou seja, apenas 1,65% , tal realidade indica uma baixa representatividade de público nos cursos ofertados. Esse cenário pode estar relacionado a vários fatores que impedem ou dificultam o acesso desse público ao ensino superior. Nesse contexto, considera-se que “O processo de construção de um espaço inclusivo na educação, qualquer que seja seu o nível, não se dá por meio de uma padronização; ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças” (Ferrari; Sekkel, 2007, p. 10). Sendo assim, é importante ressaltar a necessidade de promover inclusão e acessibilidade nos ambientes educacionais, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, tenham igualdade de oportunidades para de modo que possam ter uma formação acadêmica e inserir-se no mundo do trabalho.

O gráfico 2 demonstra a evolução dos acadêmicos em relação aos cursos em que estavam inseridos.

Gráfico 2: Quantitativo de matrículas atual de alunos dos cursos de licenciaturas



Fonte: Elaborado pelos Autores (2023).

Diante do exposto no gráfico 2, nota-se que há uma diminuição significativa em relação ao número inicial de matrículas, isto é, foram um total de 134 pessoas, ou seja, 58% de alunos sem deficiência que trancaram ou desistiram do curso, enquanto á quantitativo de alunos com deficiência matriculado, apenas 25 % desistiram ou trancaram

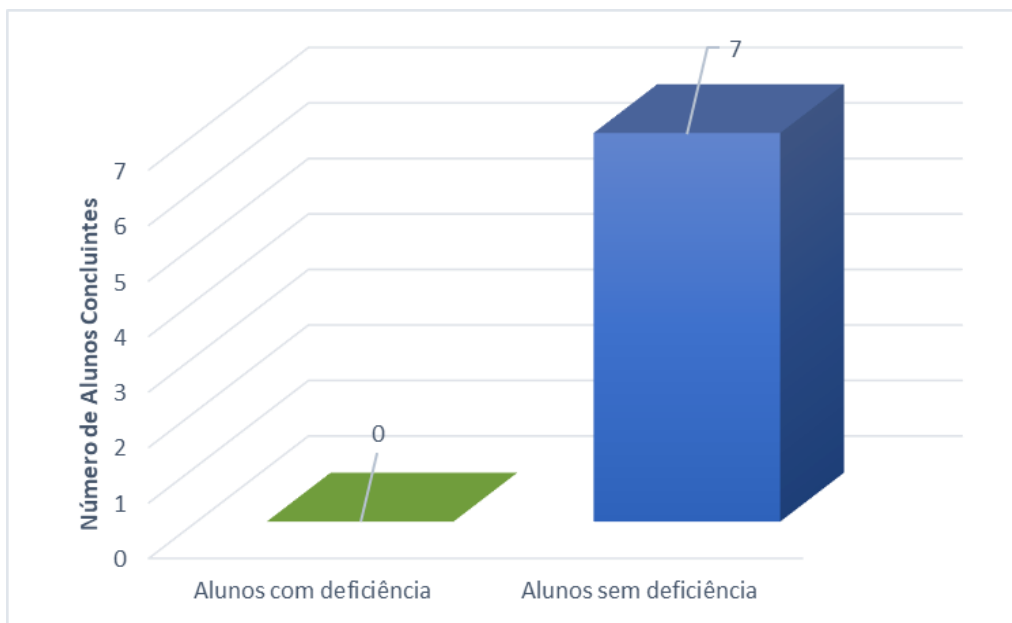
o curso, isso demonstra que o IFRO tem conseguido garantir a permanência desse público na instituição, conforme o que se apresenta no PPC dos cursos. Nesse sentido, ressalta-se a importância do NAPNE pois trata-se de um núcleo disponível para dar apoio aos estudantes com deficiência, oportunizando-os melhores condições de aprendizagem e inclusão, eliminando possíveis barreiras e dificuldades.

Enfim, consideramos o resultado em relação às PCD muito significativo, uma vez que, entre esses períodos o mundo vivenciou uma pandemia ocasionada pela COVID19, no qual muitas instituições de ensino enfrentaram desafios e dificuldades em relação ao número de evasões nos cursos. A transição para a educação remota ou híbrida pode ter representado uma barreira para alguns estudantes, especialmente aqueles com menos recursos tecnológicos ou dificuldades de adaptação ao novo formato (Oliveira; Nunes, 2022).

Sobre o alto quantitativo de evasão no ensino superior Davok e Bernad (2016) afirmam que, além da pandemia, as dificuldades acadêmicas, problemas pessoais, falta de adaptação ao ambiente universitário e mudanças de cidade são fatores que contribuem para que esse resultado seja tão alto.

Por conseguinte, torna-se fundamental buscar meios que visem identificar as problemáticas que justificam esse alto índice de evasão no ensino superior de um modo geral. A esse respeito Brasil (2008, p. 17) destaca que no ensino superior as ações devem estar relacionadas ao planejamento e também na organização de recursos e serviços, de modo que efetivem-se possibilidades superação de problemas existentes, promovendo a acessibilidade “arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão”. Nesse sentido, é fundamental que sejam adotadas medidas para promover a inclusão e acessibilidade no ensino superior, a fim de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, tenham a oportunidade de ingressar e permanecer nos cursos. Isso contribuirá para uma formação mais diversa e inclusiva de profissionais da educação.

Gráfico 3- Quantitativo de alunos formados dos cursos de licenciaturas (2016-2022)



Fonte: Elaborado pelos Autores (2023).

Os dados evidenciam uma realidade preocupante em relação à conclusão dos cursos de licenciatura do IFRO Campus Guajará-Mirim. Dos 242 alunos matriculados inicialmente entre 2016 a 2022, apenas 7 se formaram, sendo que nenhum corresponde aos alunos com deficiência. Entretanto, é importante destacar que houve um atraso na conclusão dos cursos que iniciaram em 2016 por vários fatores e outros ainda não estão no período de conclusão, justificando um pouco esse baixo índice de conclusão. É importante comentar que há muitos acadêmicos em processo de finalização dos cursos ainda para esse ano de 2023, tal realidade vai contribuir significativamente para elevação dos índices em relação à conclusão de cursos no IFRO Campus Guajará-Mirim.

Isso demonstra que para uma inclusão efetiva é fundamental que estudantes com deficiência quanto os demais tenham igualdade de oportunidades para concluir a formação, por isso, faz-se necessário o investimento em políticas de acessibilidade, adaptação curricular e suporte pedagógico para atender às necessidades específicas dos estudantes, portanto, concordamos com Atique e Zaher (2006, p. 13) quando afirmam que é preciso:

[...] uma posição ativa do Estado por meio de ações afirmativas que garantem às minorias, como os portadores de deficiência, o amplo acesso no campo da educação superior, já que barreiras arquitetônicas e falta de profissionais e equipamentos adequados podem automaticamente extirpar quaisquer possibilidades desse grupo de pessoas participarem do processo educacional no âmbito das Universidades e de outras IES.

Mediante a todos os resultados apresentados, compreende-se que há um grande percurso referente a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, devemos considerar que o assunto é importante, mas que ainda se pauta em vários aspectos que envolvem mecanismos de preconceito e discriminação no ambiente educacional.

Sabe-se que a diversidade e a busca pela equidade educacional são fundamentais para a efetivação de uma educação democrática. A esse respeito Rocha e Costa afirmam que (2013, p. 9), “[...] a educação tem um papel fundamental no combate à exclusão social, pois é um meio de promover a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento humano”. Nesse sentido, faz-se extremamente relevante a conscientização e formação de professores e demais profissionais para o desenvolvimento de ações voltadas para a existência de um ambiente inclusivo e acolhedor.

Além disso, é importante que as políticas públicas de inclusão abordem as especificidades de cada deficiência, oferecendo um suporte individualizado e adaptado às necessidades dos estudantes, uma vez que, “O fato de pessoas serem diferentes, ou deficientes, não pode excluí-las de sua condição de sujeitos sociais, portanto, os direitos subjetivos individuais devem ser respeitados” (Zanoni; Nogueira, 2014, p. 3).

Com isso, conclui-se que a educação inclusiva em Guajará-Mirim enfrenta grandes desafios no que diz respeito ao acesso e permanência de pessoas com deficiência nas instituições públicas de Ensino Superior. Os resultados deste estudo revelam uma situação alarmante, com uma representatividade muito baixa de PcDs e nenhum estudante com deficiência concluiu algum curso até o momento. É essencial que sejam adotadas medidas urgentes para promover a inclusão efetiva, garantindo condições adequadas de acesso, permanência e apoio para todos os estudantes, principalmente os que possuem deficiência. Somente assim será possível alcançar uma educação inclusiva de qualidade, onde todos tenham igualdade de oportunidades para aprender e se desenvolver,

É necessário que as instituições de ensino e a sociedade como um todo trabalhem juntas para criar um ambiente mais inclusivo e igualitário, onde as habilidades e potenciais das PCD sejam reconhecidos e valorizados. A inclusão não é apenas um direito, mas uma oportunidade para enriquecer o ambiente acadêmico e contribuir para

uma sociedade mais justa e diversificada. Estevão (2011) ressalta que a inclusão social e o respeito às diferenças são conquistas recentes na história da humanidade e só foram possíveis graças à luta e à mobilização social, destacando a inclusão social como processo dinâmico e complexo, que exige mudanças culturais e políticas por parte de toda a sociedade.

Diante desses resultados, é fundamental que o IFRO atue de forma proativa na criação de estratégias e políticas inclusivas que visem aumentar a participação de PCD nas graduações. Isso pode envolver a implementação de programas de acessibilidade, a disseminação de informações sobre as possibilidades de apoio oferecidas pela instituição e a promoção de eventos e debates para conscientização da importância da inclusão.

Além disso, é necessário que a instituição estabeleça parcerias com organizações e entidades voltadas para a inclusão de PCD, a fim de fortalecer ações conjuntas e troca de experiências. O envolvimento de docentes, alunos e funcionários do Ifro nesse processo também é fundamental, pois a colaboração de todos é essencial para construir um ambiente inclusivo e acolhedor.

Em suma, os dados coletados revelam uma baixa taxa de participação de PCD nas graduações do IFRO Campus Guajará-Mirim e mostram a necessidade urgente de ações e políticas voltadas para a inclusão desse grupo. A instituição deve encarar esse desafio como uma oportunidade para promover igualdade de oportunidades, respeito à diversidade e construção de um ambiente acadêmico inclusivo para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho foi fundamental para a compreensão da inclusão não apenas como um direito, mas uma oportunidade enriquecedora para a percepção de um ambiente acadêmico que favorece para a existência de uma sociedade mais justa e igualitária, e que para isso torna-se primordial a valorização da diversidade humana. Os resultados da pesquisa demonstram que ainda existem muitas barreiras a serem superadas em relação à inclusão de PcD no ensino superior, visto que há um baixo índice de matrículas dessas pessoas no ensino superior, demonstrando que o assunto é uma questão complexa e desafiadora merecendo análise e reflexão por parte das instituições de ensino. Consequentemente, esse percentual é de zero quando se refere ao quantitativo de PcD que concluíram algum curso.

Diante desses resultados, é fundamental que o IFRO busque estratégias que garantam na prática a eficácia da Política de Acesso, Permanência e Êxito previsto nos PPCs dos cursos, ou seja, políticas inclusivas que deem visibilidade da instituição de modo que estimule a participação de PcD nos cursos ofertados e, por conseguinte, que ao ingressarem, tenham condições favoráveis para permanência e para uma conclusão exitosa do curso escolhido. A inclusão de PcD é um desafio para qualquer instituição, entretanto, isso deve ser reconhecido como uma oportunidade para a promoção da igualdade de oportunidades, respeito à diversidade e para a construção de um ambiente democrático.

Para que possamos avançar positivamente nesses aspectos torna-se necessário que o Estado desenvolva ações que promovam a acessibilidade física e digital nas IES, programas de capacitação e formação para os professores e demais profissionais da educação, visando adequar a estrutura e o currículo acadêmico para atender às necessidades específicas desses estudantes, isso significa que não basta apenas vontade de promover a inclusão, é fundamental que a instituição tenha recursos físicos, humanos pedagógicos para atender a todos de acordo com suas potencialidades e necessidades, por isso, devemos lutar pelo não sucateamento de nossos Institutos Federais e assim oportunizar cada vez mais o fortalecimento de uma educação qualitativa a todos independentemente das suas condições.

REFERÊNCIAS

ATIQUE, M; ZAHER, H. **Educação inclusiva no ensino superior: Políticas públicas e acesso às pessoas portadoras de deficiência**. 2006. Disponível em: http://publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/hugo_zaher.pdf.

BRASIL. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais Deficiência Física** (2006). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em 07 maio 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 06 fev. 2023.

_____. **Políticas Nacional de Educação Especial**: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida (2020). Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/PNEE_revisao_2808.pdf>. Acesso em 11 maio 2023.

_____. **Políticas Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva (2008).**

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>.

Acesso em 05 maio 2023.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciências e educação**, Bauru, SP, n. 23, Jan-Mar 2017. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1516-731320170010001>>. Acesso em 17 maio 2023.

DAVOK, D. F.; BERNARD, R. P. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. **Revista da**

Avaliação da Educação Superior, 2016, P. 06 - SciELO Brasil. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/aval/a/5VJRg7PrXDTQ5mYXK95rh8r/?format=pdf&lang=pt>>

. Acesso em 17 nov. 2023.

ESTEVIÃO, C. H. O desafio da inclusão social: reflexões sobre o caso brasileiro.

Revista IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 8, n. 2, p. 1-27, 2011.

FERRARI, M. A. L. Dias ; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia: ciência e profissão**, 2007, p. 09. •SciELO Brasil. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/bv8ZgTdG4C7VMNZXzrDXdcz/?format=pdf&lang=pt>

>. Acesso em 17 nov. 2023.

FIGUEIREDO, A. C. Et al. Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva. In: SAMPAIO, S. M. R. (Org.) **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 187-207. Disponível em:

<<https://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-11.pdf>>. Acesso em

22 fev. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 01 maio

2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) - Pessoas com Deficiência** 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf>. Acesso em 19 out. 2023.

MANTOAN, M.T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Editora Moderna, (pag 8-9) Setembro 2003.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em 12 maio 2023.

OLIVEIRA, Raniedja Fernandes de; NUNES, Antônio Gomes. Evasão de discentes no ensino superior público ocasionado pela pandemia. **Revista Conjecturas**, v. 22 n. 8 (2022): jul./ago. 2022. Disponível em <<https://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1250>>. Acesso em 17 nov. 2023.

ROCHA, J. A.; COSTA, M. Inclusão social, educação e desenvolvimento. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia**, Universidade Federal Fluminense, 2013. p. 9.

ROCHA, T. B; MIRANDA, T. G. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: DÍAZ, F., et al., (Orgs.) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 27-37. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-03.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2023.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Disponível em: <https://ead.uenf.br/moodle/pluginfile.php/57550/mod_resource/content/1/Inclus%C3%A3o%20%20Construindo%20uma%20Sociedade%20para%20Todos%20%281999%29%2C%20Sasaki%2C%20RK.pdf>. Acesso em 05 abr. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (1994). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2023.

ZANONI, L. F.; NOGUEIRA, E. J. Inclusão de Deficientes no Ensino Superior: o trabalho docente frente ao processo de inclusão. **Quaestio (UNISO)**, v. 16, pp. 433-449, 2014. Disponível em: <<https://uniso.emnuvens.com.br/quaestio/article/view/2090>>. Acesso em 31 out. 2023.